

CÂMARA APRESSA

votação do pacote da saúde

UM DIA DEPOIS DO APELO FEITO PELA GOVERNADORA EM EXERCÍCIO PARA QUE DEPUTADOS AGILIZEM APROVAÇÃO DO PLANO EMERGENCIAL DE SAÚDE, CCJ DÁ PARECER FAVORÁVEL À MEDIDA

Ângela Oliveira

Depois da visita que a governadora em exercício, Maria de Lourdes Abadia, fez à Câmara Legislativa na terça-feira, para pedir urgência na votação do projeto que trata do Plano Emergencial de Saúde, encaminhado pelo Executivo há duas semanas, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) não perdeu tempo: aprovou ontem o parecer sobre a matéria. O plano, que tem como objetivo melhorar o atendimento na rede pública de saúde em todo o DF, propõe a criação de um novo modelo de gestão das atividades administrativas nos hospitais, centros e postos de saúde.

Logo após a passagem de Abadia pela Câmara, o projeto foi lido no plenário, na tarde da própria terça-feira. Em seguida, o parecer sobre a matéria começou a ser preparado pela CCJ. O deputado Júnior Brunelli (PPB), presidente da Comissão, avocou para si a relatoria, dando parecer favorável ao projeto, que foi aprovado numa sessão extraordinária, ontem.

A principal medida prevista pelo projeto é a criação do cargo de diretor-administrativo para cuidar dos problemas corriqueiros das unidades de saúde. A ideia é desvincular o papel do profissional de medicina das atividades mais técnicas. O especialista de saúde irá se preocupar apenas com os assuntos médicos, científicos, enquanto que o diretor-adminis-

trativo se dedicará aos problemas relacionados com a administração e manutenção do sistema, como, por exemplo, falta de remédios, funcionamento da lavanderia ou quebra do ar condicionado, ressaltou a governadora.

Ainda de acordo com o projeto, os médicos da rede pública de saúde irão receber pela produtividade. O percentual pre-

visto sobre cada procedimento médico é de 25%. Os profissionais que prestam atendimento em regime de internação domiciliar também receberão a gratificação, que nesse caso, será sobre o salário base, e não sobre a produtividade.

O presidente da Câmara, Bnenício Tavares (PTB), disse, quando se encontrou com a governadora, que não dava

para definir um prazo para a apreciação do projeto, e que tudo dependeria do entendimento entre os partidos. "Estamos numa casa política, por isso vamos ampliar o leque de reuniões, conversando, inclusive com a oposição, para agilizar a tramitação", ressaltou.

A aprovação do projeto implicará na criação de cerca de 200 cargos na área de saúde.

Com isso, os gastos no setor deverão ser elevados em aproximadamente R\$ 15 milhões, em 2003. Para a implantação das medidas, serão criados 19 cargos em comissão de diretor-administrativo, 65 de diretor de centro de saúde e outros 65 de gerentes. O projeto prevê, ainda, mais 50 cargos em comissão de encarregado de posto de saúde.



Comissão de Constituição e Justiça: sessão extraordinária para facilitar a tramitação do pacote